



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 14/2021

----- Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 10/2021, referente à reunião ordinária de trinta e um de maio de dois mil e vinte e um. -----

----- Colocada a votação a ata nº 10/2021, foi **aprovada por unanimidade** dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 11/2021, referente à reunião ordinária de onze de junho de dois mil e vinte e um. -----

----- Colocada a votação a ata nº 11/2021, foi **aprovada por unanimidade** dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois euros e noventa e sete cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- Não foram presentes assuntos para conhecimento. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção, dizendo o Primeiro Ministro já tinha anunciado que o País no dia um de agosto iria avançar para mais um desconfinamento, em alguns setores, esta medida trará um impacto na sociedade em geral, no entanto apelou à população para continuar alerta e manter também as medidas de proteção que são fundamentais. -----

----- Seguir-se-ão outras fases no desconfinamento e serão adicionados mais critérios para além daqueles que já existem, designadamente a pressão nos hospitais que irá ser avaliada, o índice de internamentos em UCI (unidade de cuidados Intensivos), e também a percentagem da vacinação. -----

----- Continuou dizendo que também estava a ser estudada a questão da vacinação para os jovens entre os doze e os dezoito anos, sendo também importante perceber o que vai acontecer. -----

----- Agradeceu o envio dos dados sobre o processo de vacinação que eram muito animadores e perguntou como estava a decorrer o referido processo de vacinação e qual a percentagem obtida. Acrescentou que uma colega de trabalho residente em Lisboa, optou por se vacinar em Rio Maior e que tinha corrido tudo muito bem, aproveitou ainda para agradecer e felicitar toda a equipa envolvida no processo de vacinação em Rio Maior. -----

----- Relativamente aos Censos que disse que já tinham saído os pré dados e era necessário ver com muita atenção, porque haviam muitas variáveis, no entanto referiu que era um bom instrumento para o Município perceber aqueles dados e estabelecer um conjunto de estratégias que sejam necessárias. -----

----- Continuou referindo que tinha passado junto ao complexo das Piscinas Municipais e reparou nos painéis solares que estão lá colocados e questionou o Executivo se os referidos painéis estavam a funcionar. -----

----- Também junto à “Casa do Povo” reparou que estavam umas “vigas” no chão, questionou novamente o Executivo se eram lixo e se iriam ser removidas. -----

----- Terminou a sua intervenção, com a questão do edifício da antiga Rodoviária, questionando o Executivo se já havia alguma coisa mais concreta, relativamente ao uso do referido edifício. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção questionando o Executivo se iriam aprovar os Votos de Louvor, dos atletas Olímpicos, Tiago Santos e João Vieira, uma vez que tinha ficado acordado que se iriam aprovar os referidos votos. -----

----- Relativamente aos Jogos Olímpicos, disse que considerava que Rio Maior não estava a fazer o que devia para se associar aos Jogos Olímpicos. -----

----- Disse também que tinha passado no IC2, no troço junto à localidade da Benedita onde viu uma lona de manifestação de alegria e felicidade, pelo facto de atletas da terra estarem a participar nos Jogos Olímpicos, no entanto, em Rio Maior, não tinha visto qualquer informação alusiva aos atletas que estão a participar nos Jogos Olímpicos de Tóquio, referindo que era um sinal de perda de oportunidade, porque deveria ser divulgado a excelência dos atletas e a riqueza de Rio Maior. -----

----- Continuou dizendo que a riqueza de Rio Maior, era intrínseca e extrínseca, porque existem atletas Olímpicos de Rio Maior, mas também existem atletas Olímpicos no Centro de Estágios que passam por Rio Maior, questionando o Executivo se havia algum levantamento sobre o número de atletas de outros países que estão a participar nos Jogos Olímpicos e que fizeram a sua preparação em Rio Maior, opinando que essa questão também deveria ser enaltecida considerando que Rio Maior é uma cidade Olímpica, por conseguinte, dever-se-ia juntar toda essa informação e comunicá-la ao exterior. -----

----- Ainda no uso da palavra, questionou o Executivo, sobre o ponto de situação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), o novo pacote de fundos de apoio financeiros que está em andamento, se de alguma forma Rio Maior já se tinha conseguido posicionar em sede própria, junto de alguns fóruns, da Comunidade Intermunicipal e Ministérios, com reuniões setoriais, para assim perspetivar o futuro de Rio Maior em termos de investimento, considerando que se está a programar os próximos dez anos em termos de desenvolvimento e financiamento. Opinou que Rio Maior, deveria ter uma ideia muito clara dos investimentos prioritários nas diversas áreas. -----

----- Referiu-se à visita do Presidente da Câmara à Guiné, com o intuito de reforçar ligações para promover e desenvolver a Escola Profissional de Rio Maior, questionando qual tinha sido o âmbito da visita e os resultados obtidos, bem como o que está perspetivado para o futuro a nível de desenvolvimento entre a Câmara Municipal e a Escola Profissional de Rio Maior, na captação de alunos Guineenses. -----

----- Terminou a sua intervenção questionando novamente o Executivo, sobre o ponto de situação do Parque de Arborismo, considerando que houve um projeto que saiu vencedor do Orçamento Participativo Jovem. Entretanto houve também uma negociação com a empresa que instalou a unidade de restauração rápida na Avenida Mário Soares, no sentido de investir no referido Parque, no entanto já passou algum tempo, por isso gostaria saber qual o motivo da obra ainda não ter sido iniciada e se efetivamente o referido parque vai ser instalado. -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----
----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----
----- Iniciou a sua intervenção dizendo que se penitenciava pelo facto de ter faltado à
última Reunião de Câmara sem pré-aviso. -----
----- Continuou dizendo que já tinha passado cerca de um mês após a inauguração da
Zona Ribeirinha, um novo espaço de fruição dos riomaiorenses e cujo objetivo era
também devolver o rio à cidade, no entanto, não se poderá esquecer que existe também
um parque no centro da cidade, que não deve nem pode ser desprezado. -----
----- Disse que a sua intervenção iria um pouco ao encontro de decisões que no seu
entender eram políticas, relacionadas todas elas com esta nova centralidade da Zona
Ribeirinha, questionando se o Executivo via esta Zona Ribeirinha como um motor de
uma nova centralidade, se a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), que está em
curso, confere exatamente essa nova centralidade. -----
----- Referiu também que o Presidente da Câmara tinha feito uma publicação no
Facebook, sobre a demolição do “Café Arco Iris”, na Praça da Republica, dizendo que
o texto vertia que era um sinal de confiança dos investidores, no entanto não tinha visto
nenhuma publicação ao tempo em que também foi iniciada na Rua Cinco de Outubro
uma obra semelhante para uma unidade hoteleira, que também se poderia considerar
uma forma de confiança dos investidores privados. -----
----- Também questionou se as recentes demolições na Rua Mouzinho de Albuquerque,
sendo a mais emblemática e conhecida de todos “O Lambuça”, poderiam ser entendidas
como sinal de confiança de investidores, e, se nesta construção, e não reconstrução,
vertem as características da zona velha da cidade e se poderia ser também entendida
como um sinal de revitalização e confiança dos privados na reabilitação de uma zona
que há décadas está ao abandono pela parte de alguns, porque outros, os privados têm
feito por melhorá-la. Questionou, se, estas intervenções às quais não se opunha
rigorosamente nada, antes pelo contrario, se refletem exatamente a harmonia do espaço
onde estão inseridas. -----
----- Relativamente às publicações de preocupações que na sua opinião não eram
preocupações legítimas, porque são recorrentes, efémeras e muito delimitadas no
tempo e no espaço, são exatamente os resultados dos Censos, que como é do
conhecimento de todos, é pratica habitual os mesmos realizarem-se de dez em dez
anos, quer em Portugal, quer a nível mundial, considerando que as datas estão
articuladas em todos os países, e o poder político, todo ele, tem uma preocupação
efémera, quando são apresentados os resultados. Disse que esta questão a entristecia
e partilhou a sua mágoa, porque este ano todos os partidos já se começaram a
pronunciar sobre o desequilíbrio populacional entre o interior e o litoral do País, e parecia

que só agora tinham notado. -----
----- Continuou dizendo que dez em dez anos os Partidos políticos e as Instituições dirigentes do País, se lembram desta questão, mas, posteriormente, tendem em esquecer-se, facto que a entristecia. Referiu ainda que Rio Maior não estava incluída nesta situação, porque está inserida no litoral, geograficamente Rio Maior não padece deste desequilíbrio populacional, no entanto, considerava que era urgente alterar esta situação porque de facto o litoral e as grandes área metropolitanas de Lisboa e Porto são os polos atrativos de desenvolvimento e de população, até porque todos têm toda a legitimidade de escolherem onde querem morar com a qualidade de vida que entendem que devem ter, considerando que também os rendimentos de que usufruem são melhores, contudo nem sempre é real que todos os que se deslocam para estas zonas atrativas, têm melhor qualidade de vida e não se pode esquecer que é o interior do País que alimenta essa “tirinha”, do litoral. -----
----- Para terminar disse que Rio Maior estava numa “fronteira”, que não era litoral, mas também não era interior, por isso não sofre dos problemas de interioridade, no entanto deveria começar a ser pensado que se existe algum crescimento da população em Rio Maior, isso também se deve porque existe falta de mão-de-obra, verificando-se a importação de trabalhadores de outros países. -----
----- Também o aumento da natalidade que ocorre no concelho de Rio Maior, não é resultante da população portuguesa, mas sim da população migrante. -----
----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----
----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----
----- Iniciou a sua intervenção para responder a algumas questões que foram levantadas e informou que a zona norte do rio estava prevista no PDM, afirmando que, dado tratar-se de uma zona privada, terão de ser os privados a tomar a iniciativa de requalificá-la. Informou ainda que para esta zona será permitido a edificação desde que se enquadre na mesma, prevendo também o enquadramento do edifício “Regalo”, sem pormenores excessivos, porque o PDM não é um Plano de Pormenor. -----
----- Quanto aos edifícios que foram demolidos na zona onde funcionava o Lambeça, disse que eram edifícios que não eram classificados e por isso os mesmos respeitaram todos os planos da Câmara Municipal, houve também uma análise técnica dos projetos de Arquitetura, por parte do urbanismo da Câmara Municipal, que aceitou o enquadramento dos mesmos para a zona. -----
----- Relativamente, ao que foi publicado nas redes sociais, que a Câmara Municipal, demorou catorze meses para aprovar o projeto da construção do hotel, disse que quando se transformam factos em “mentiras” é desonestidade política, porque é necessário apurar a verdade dos factos. -----

----- Para terminar informou que o projeto de arquitetura para a construção do hotel, deu entrada nos serviços da Câmara Municipal em janeiro de dois mil e vinte e foi aprovado em março do mesmo ano, por isso decorreram três meses. Aditou que o promotor do projeto, deu entrada dos projetos de especialidade nove meses depois, ou seja, em dezembro de dois mil e vinte, tendo sido os mesmos aprovadas nos primeiros meses do ano de dois mil e vinte um. Salientou que que esta era a verdade dos factos e quando não se sabe pergunta-se. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder às questões que foram colocadas, começando por agradecer à Vereadora Vera Simões pelos temas colocadas. -----

----- Referiu que Rio Maior, continuava na boa senda do ritmo de vacinação, e informou que a dia vinte sete de julho, existiam catorze mil e duzentas pessoas inoculadas com a primeira dose de vacina. Com a vacinação completa, segunda dose, dez mil seiscentas e sete pessoas. Referiu que estes eram os últimos dados de que dispunha.

----- Relativamente aos painéis solares, informou que estes eram geridos pela DESMOR, e por isso não tinha informação completa acerca do seu plano de manutenção. Transmitiu que este processo tinha sido desenvolvido há algum tempo com a finalidade de melhorar a eficiência energética do edifício, houve alguns efeitos positivos, no entanto não se conseguiu atingir os grandes resultados esperados na real poupança. Sobre o plano de manutenção dos mesmos, disse que se iria informar e posteriormente enviaria essa informação. -----

----- Relativamente às vigas que se encontram abandonadas junto à “Casa do Povo”, referiu que desconhecia, no entanto, iria procurar saber o motivo de as mesmas se encontrarem ali colocadas, agradecendo o reparo da Vereadora Vera Simões. -----

----- Quanto à utilização para o edifício da antiga Rodoviária, disse que a intenção da Câmara Municipal seria instalar ali os serviços da Ação Social, dando conhecimento de que já tinham também o estudo prévio dos serviços técnicos, acreditando que existam fundos na área social para poder reabilitar o referido edifício, estando tudo pronto para que, assim que exista essa capacidade de financiamento, se possa avançar de forma imediata com a obra. -----

----- Acrescentou que a reabilitação do referido edifício será para avançar, mesmo não existindo fundos para o seu financiamento, no entanto, a Câmara Municipal está a aguardar o desenvolvimento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), porque havendo forma de o financiar, essa oportunidade será utilizada. -----

----- Continuou dizendo que ainda não tinha sido redigido o Voto de Louvor aos atletas que participaram nos Jogos Olímpicos, assumindo ser uma falha da sua parte, não obstante a comunicação por parte dos serviços da Câmara Municipal tem sido feita, no

sentido de enaltecer as presenças e os alcances positivos dos atletas nos Jogos Olímpicos, comunicação esta que não foi feita em outdoor, mas sim nos dois ecrãs eletrónicos da Câmara Municipal. -----

----- Relativamente ao PRR, disse que a Câmara Municipal estava a acompanhar o seu desenvolvimento, que continuava a trabalhar, mas ainda não existe “*guidelines*”, que permitam saber quando e que avisos irão sair, por isso continuam atentos. Referiu que nesta “onda” dos Fundos Comunitários e do PRR, a Europa e o Mundo vão querer recuperar rapidamente deste desaire da pandemia, e nesse sentido, Rio Maior está a desenvolver projetos técnicos na área do Ambiente relativamente a várias intervenções que pretende executar, nomeadamente, nos cursos de água, para que assim que existir um aviso e que estes financiamentos sejam contemplados, a Câmara Municipal estar preparada para avançar de imediato, referindo que é este o modo de agir em todas as áreas. -----

----- Sobre a visita à Guiné Bissau, informou que a Câmara Municipal e a Escola Profissional, tinha enviado uma comitiva com o objetivo de estabelecer contactos e firmar protocolos com as Entidades não Governamentais que trabalham no ensino na Guiné Bissau, nomeadamente a Universidade Colinas de Boé e duas ONGs, (Organizações não Governamentais), no sentido de Rio Maior poder receber alunos da Guiné Bissau. -----

----- Continuou dizendo que a Escola Profissional necessita de viabilizar turmas, por isso este é um trabalho que tem de ser feito e aditou que o objetivo de receber alunos, e não sendo esta a primeira missão, mas dentro das possibilidades, é também o facto de assim ajudar a Guiné Bissau, formando os seus alunos e posteriormente “obrigá-los” a regressar à Guiné, por conseguinte, este é um desafio muito complicado, porque quando existe a “importação” de alunos estrangeiros nomeadamente, de países em vias de desenvolvimento, é muito difícil conseguir voltar a levar os alunos para a sua terra, no entanto, precisa-se de pessoas com capacidade de intervenção na sociedade, e este objetivo favorece ambas as partes, porque para a Câmara Municipal e para a Escola Profissional é uma grande mais valia poder completar o número de turmas e assim aumentar o financiamento, e para a Guiné Bissau também é uma mais valia receber alunos formados. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que tem existido erros e dificuldades criadas pelas entidades albergadoras destes alunos, considerando que em regra geral subsiste uma grande dificuldade para as crianças e jovens que vêm estudar para Portugal se sentirem aculturados, acolhidos e acompanhados, por isso, o facto da comitiva se ter deslocado pessoalmente a Guiné Bissau, transmitindo segurança, quer às entidades Oficiais, quer aos pais destes alunos, que assim tiveram a oportunidade de conhecer pessoalmente

as pessoas e com o compromisso assumindo de que a partir do momento em que os estudantes Guineenses pisarem solo Português serão acompanhados até ao momento da sua saída, foi determinante. -----

----- Disse que a Câmara Municipal de Rio Maior, está a desenvolver esforços no sentido de poder albergar e dar habitação a estes jovens, não encarecendo para os pais a sua vinda para Portugal e não limitando a sua estadia por falta de financiamento. ----

----- Referiu que estes contactos tinham sido muito interessantes, que era um País fácil de se gostar, mas também de sentir alguma revolta porque falta tudo àquelas crianças, por isso a missão, enquanto Município, é também na medida do possível, ajudar aquele País. Acrescentou que foi uma viagem muito importante, no entanto só o futuro ditará se a referida viagem valeu a pena, acrescentando que, na sua opinião, tinha valido muito a pena e que esta parceria irá com certeza correr muito bem. -----

----- Relativamente ao Parque de Arborismo disse que o projeto estava em fase de conclusão, porque a Câmara Municipal não se tinha limitado apenas a um Parque de Arborismo, tal como tinha sido resultante do Orçamento Participativo Jovem, pretendendo fazer um projeto maior, com a instalação uma zona de treino aberto com um parque de “crossfit”, que irá abranger a zona que vai dos campos de ténis até à Ribeira de São Gregório, situação esta que ficou definida nas negociações com o Burger King, que irá financiar o referido parque, por esta razão o projeto está um pouco atrasado. -----

----- Quanto à intervenção da Vereadora Ana Filomena Figueiredo, disse que em grande parte o Vereador Lopes Candoso, tinha respondido às questões colocadas, no entanto referiu que era com alegria que via esta leitura política, de haver vontade de investidores privados poderem reabilitar edifícios e fazerem novos investimentos na zona antiga da cidade de Rio Maior. -----

----- Sobre a construção e não reconstrução, referiu que eram “amores” diferentes, no entanto, e no que toca à parte técnica, nomeadamente, no edifício do antigo café “Arco Ires”, disse que o edifício em si tinha muita história para os riomaiorenses, mas enquanto edifício não representava uma “era”, de construção, não era um edifício classificado que tivesse a obrigatoriedade de ser preservado do ponto de vista arquitetónico, daí que, entra a vontade do privado de desenvolver um projeto à sua medida, cumprindo evidentemente a legislação em vigor, referiu que se poderia voltar a ter investimento privado dinamizador do centro histórico, acrescentando que era uma mais valia para a cidade de Rio Maior. -----

----- Relativamente ao “Parque do Rio”, e ao seu enquadramento no PDM, o Vice-Presidente já tinha respondido, sobre o Jardim Municipal, disse que obviamente não seria descorado, pelo contrário, era grande preocupação do Município, cuidar da linha

de água que o atravessa e que tem sido um dos seus principais problemas. Disse também, que, além das manutenções normais, será necessário encontrar uma forma de vigilância, talvez com videovigilância ou com a presença de vigilantes, em todo o espaço traseiro do jardim, que tem atraído algumas pessoas menos cuidadosas, que depositam ali muito lixo, e, também têm vandalizado o espaço, situação esta que tem de ser combatida, considerando tratar-se de uma zona onde o cidadão comum não se sentia confortável, em passar e isso não era de todo adequado para a cidade de Rio Maior. -----

----- Continuou fazendo uma referencia ao facto de Rio Maior ter sido noticia na revista “Magg”, uma revista de tendências, dizendo que tinha sido extremamente importante esta publicação, porque grande parte das vezes os Municípios pressionam a saída de documentos e fazem um trabalho junto da comunicação social, para de alguma forma alertar estas revistas para que o seu território seja promovido, no entanto a citada revista não foi contactada pela Câmara Municipal, no entanto, o produto turístico que Rio Maior tem conseguido construir, foi visto pela referida revista, como um produto interessante a promover, tendo a revista publicado um artigo com o titulo “Rio Maior. Dormir num Moinho, ir às Salinas e atacar um torricado de cabrito a Olhar a Serra”, referiu que este era um ponto de congratulação para todos, uma vez que os editores desta revista consideraram que Rio Maior, estava a dar passos importantes e que tinha um território interessante para ser promovido. -----

----- Quanto aos “Censos 2021”, disse que concordava com a opinião da Vereadora Ana Filomena Figueiredo, relativamente à preocupação efémera, curta no tempo e quase como uma febre passageira que os Autarcas e os Gestores Públicos têm, porque ficam muito alarmados quando os resultados dos censos são tornados públicos, mas depois passam dez anos sem se preocuparem com os referidos resultados. -----

----- Continuou dizendo que Rio Maior, tinha feito um caminho interessante, e que poucas formas alternativas haviam para proceder à fixação de pessoas nos territórios que não fosse a criação de emprego, referiu que existiram outras, mas, a mais sustentada e mais linear, será o investimento para se gerar emprego e consequentemente a fixação de famílias no território. -----

----- Sobre a entrada e saída de estrangeiros no território de Rio Maior, referiu que é o que se passa de uma forma geral em todo o território Português. Houve várias origens que ao longo do tempo foram entrando e saindo de Portugal, cidadãos Africanos, de Leste e Brasileiros, e, estas “vagas”, de cidadãos de outros Países, que, vão e que vêm, ficam sempre alguns nos territórios, e esta tem sido a flutuação no território nacional. Referiu que neste momento em Rio Maior, viviam muitos cidadãos do continente Asiático, e como a Vereadora Ana Filomena referiu, Rio Maior tinha já uma escassez de

mão-de-obra e uma percentagem de desemprego meramente residual e técnico, o que faz com que seja atrativo para as empresas poderem captar mão-de-obra de outras origens. -----

----- Ainda assim, disse, que não se podia congratular com os dados dos censos, considerando que em toda a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo de que Rio Maior também faz parte, apenas um Município cresceu cerca de 2,5%, Benavente, que está na orla da grande Lisboa, e, além de ser um concelho muito industrializado, fixa também bastantes pessoas que trabalham em Lisboa, por conseguinte, sofre positivamente esta ação em termos de números de população considerando a proximidade à capital.-----

----- Referiu ainda que Rio Maior perdeu população, com uma quebra de cento e poucos cidadãos, ou seja teve uma quebra de 0,8%, na sua população, desde dois mil e onze até dois mil e vinte um, e dos restantes dez Municípios, Rio Maior é o que menos população perde, acrescentando que Almeirim perdeu 5,7%, Alpiarça 9,3%, Cartaxo 5,1%, Chamusca 15,7%, Coruche 12,9%, Golegã 8,7%, Salvaterra de Magos 2,4% e Santarém 4,8%, por isso, qualquer autarca, que fique satisfeito com estes resultados, não está de forma nenhuma a fazer bem o seu trabalho e sendo este resultado um fator de menor preocupação, em relação aos outros concelhos, obviamente deve reunir preocupação e continuar a impelir este Executivo a procurar investimento para a fixar pessoas. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Agradeceu a oportunidade de colocar outra questão uma vez que esta se prende com as respostas dadas pelo Vice-Presidente, relativamente ao PDM, que está em fase de revisão, disse que tinha perguntado se era uma decisão política, o Presidente da Câmara e o Vice-presidente tinham respondido afirmativamente, contudo as respostas dadas pelo Vice-Presidente, na sua opinião, tinham sido muito sustentadas em realidades técnicas, sabendo-se que a legislação não pode ser alterada e isso está bem espelhado na realidade territorial e não é só em Portugal. -----

----- Continuou dizendo que havia sempre uma vertente política, que era a decisão que se pretendia para um determinado espaço, tendo em conta que não se deveria intervir no direito privado de cada um. -----

----- Disse que quando se olhava para o espaço na parte velha da cidade de Rio Maior, de facto não haviam edifícios classificados, no entanto o que se pretende é marcar territorialmente, vários momentos de evolução das cidades, vilas etc., e que esses marcos também beneficiem da modernidade. -----

----- Continuou dizendo que quando se pensava naquela centralidade, estava subjacente também a necessidade de adaptar a circulação automóvel à realidade dos

dias de hoje, porque sabendo que são ruas estreitas e sem passeios, como se iria reorganizar e planificar o território daquela área por forma a adaptar o edificado, considerando que existe sempre uma parte pública e outra parte privada, sendo o espaço público de circulação competência da autarquia, no entanto, na parte privada cada um manda naquilo que é seu, apesar de existirem regras que se impõem a todos cumprir, sendo este aspeto que tinha questionado se estava contemplado no PDM e se havia alguma intencionalidade de harmonizar o passado com o presente, não descaracterizando a zona, porque o facto de não haver edifícios classificados, não deveria servir de justificação para demolir o existente e construir novo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder à Vereadora Ana Filomena Figueiredo, dizendo que a questão colocada era no sentido de perceber o enquadramento e a harmonização daquele novo espaço, relativamente ao enquadramento deste novo parque urbano. Disse que era uma zona urbana muito difícil de gerir em relação à circulação automóvel e ao equipamento urbano, pelas características do seu edificado, uma zona de difícil circulação urbana, uma vez que se trata de construções com alguns séculos e que impedem que existam vias alargadas, grandes equipamentos urbanos a delimitar e a confluir com as vias de comunicação, por isso é uma zona difícil de ser tratada. -----

----- Disse que a harmonização da zona terá de ser planeada na globalidade e executada na especialidade. -----

----- Referiu que um dos grandes objetivos urgente de ser executado, será o projeto que irá fazer a ligação da zona da rotunda do rio da ponte até ao edifício “Regalo”, que permitirá um acesso e uma saída bastante mais rápida do parque urbano e de toda aquela área envolvente, solução esta que irá também retirar a pressão da circulação automóvel da zona antiga da cidade e da zona da rua dos Moinhos, que foi entretanto recuperada e alargada. -----

----- Terminou a intervenção referindo ainda os constrangimentos existentes ao livre planeamento daquela zona que sempre influenciaram muito, sendo a solução final o compromisso assumido pelo Município em continuar a revitalização de toda aquela área com o objetivo de diminuir a pressão automóvel, não obstante entre o opimo e o bom, é necessário trabalhar para encontrar o melhor enquadramento possível. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para falar sobre o tema abordado pela Vereadora Ana Filomena Figueiredo, sobre o planeamento e ordenamento do território e património, e, atendendo à resposta dada pelo Presidente da Câmara, que “nós mandamos no nosso património na nossa propriedade”, questionou o Executivo sobre o motivo porque ainda não tinha sido iniciado o processo de classificação do Complexo Mineiro do Espadanal, referindo que

a Vereadora Ana Filomena tinha dito e bem, que Rio Maior não tinha património classificado, disse também que existia um conjunto de património que era da propriedade da Câmara Municipal e só dependia da Câmara Municipal, para iniciar este processo. -----

----- Continuou dizendo que atendendo ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), e aos financiamentos que se irão receber, e tendo um projeto preparado de reclassificação daquele imóvel, ou a Câmara Municipal considera importante reclassificar ou o que se pretende é a demolição, tal como estas demolições que ocorreram no espaço privado. -----

----- Disse que, ou a Câmara Municipal, olhava para o Complexo Mineiro da Mina do Espadanal, numa perspetiva de futuro e investimento e para isso o processo de classificação do imóvel é absolutamente vital, para que posteriormente isso possa ser demonstrado em sede de financiamento e avaliado se esta classificação poderá ser municipal ou nacional. -----

----- Terminou, referindo que os anos iam passando e não percebia o porquê de a Câmara Municipal não iniciar o processo de classificação do imóvel, dizendo que eram oportunidades perdidas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para explicar que quando ocupou o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, trabalhou desde o primeiro minuto com a “EICEL 1920” – Associação para a Defesa do Património Mineiro, Industrial e Arquitetónico”, agradecendo também o trabalho da referida Associação no sentido de recuperar, manter e demolir os edifícios “parasitas” do edifício original e todo esse trabalho que foi feito na altura como apoio da Junta de Freguesia de Rio Maior e também com algum apoio da Câmara Municipal. Aditou que também já tinha demonstrado em sede de Reunião de Câmara e em sede de reuniões com a “Eicel”, que o Município está interessado em poder devolver aos riomaiorense aquele espaço revitalizado, no entanto, a classificação Municipal do imóvel, na sua opinião, nada trás de novo se não existir um projeto e uma linha de orientação. Disse ainda que de momento o Município não pretende demolir o referido edifício, mas sim revitalizá-lo, assim que existam condições financeiras para pegar no projeto e criar mais um ponto de atratividade. -----

----- Terminou esta matéria referindo que, com as eleições autárquicas que se avizinham, a revitalização do referido espaço deveria ser preocupação de todas as forças políticas e também deveria estar incluída nos seus programas e nas suas vontades, no entanto, esperava que fossem projetos realistas e executáveis e não fazer do mesmo outro “Louvre”, considerando que seria muito difícil para o Município de Rio Maior almejar essa conquista. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE SETEMBRO.** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 47/2021 – CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CICLOVIAS – CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA RIO MAIOR – VALE DE ÓBIDOS – PROC. N.º 88/2021/CP - PRONÚNCIA SOBRE ERROS/OMISSÕES IDENTIFICADOS POR UM INTERESSADO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificado o despacho n.º 47/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 9 de julho corrente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou: -----

----- A aprovação dos erros/omissões, conforme proposto pelo júri do procedimento da empreitada “Construção e Requalificação de Cicloviias – Construção de Ciclovia Rio Maior – Vale de Óbidos”, nos termos da alínea b) do n.º 5 do art. 50.º do Código dos Contratos Públicos; -----

----- A aprovação da retificação às peças do procedimento da empreitada em apreço, nos termos da mesma disposição legal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO I - DESPACHO N. 49/2021, DE 15 DE JULHO | PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DAS FATURAS DE ÁGUA REFERENTES AO MÊS DE MAIO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 49/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 15 de julho corrente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou : -----

----- Que o pagamento das faturas de fornecimento de água emitidas no mês de maio de 2021, referentes ao processamento de mês de abril de 2021, podem ser pagas na tesouraria da Câmara Municipal, até ao próximo dia 31 de julho, não havendo lugar ao pagamento de juros de mora, taxa de justiça e despesas do processo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 52/2021, DE 28 DE JULHO | VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 52/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 28 de julho corrente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou: -----

----- Que sejam notificados os proprietários para que: -----

----- De imediato procedam ao abate dos pinheiros que apresentam riscos de queda; -

----- No prazo de 30 dias procedam à limpeza de vegetação de forma a impedir o desenvolvimento de pragas nocivas à saúde pública e ao abate dos cerdos que se encontram a provocar o desmoronamento do muro de vedação contíguo à via pública e a reconstrução do mesmo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO II – AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO: ANO LETIVO 2020/2021 ADITAMENTO FCPS.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência de verba referente a auxílios económicos ao 1º ciclo, ao Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, no valor de 16,80€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- O Vereador **Miguel Filipe da Silva Santos**, ausentou-se da sala de reuniões por estar impedido de votar. -----

----- **PONTO III – AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO N.º 04/2020, CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2020/CCE – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (ALMOÇOS, LANCHES E PEQUENOS ALMOÇOS) – PROCESSO N.º 107/2021/CP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Unidade de Ação Social, Saúde e Educação; Abertura de procedimento de ajuste direto nos termos do artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para aquisição de Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos Almoços), para o mês de setembro de 2021, ao abrigo do Acordo Quadro n.º 4/2020, até ao montante de até ao montante € 33 568,59 (trinta e três mil quinhentos e sessenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

-----Aprovação das peças de procedimento nos termos do no n.º 2 do artigo 40.º do

CCP; -Designar a técnica superior Ana Isabel Piedade Santana como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- O Vereador **Miguel Filipe da Silva Santos**, regressou à sala de reuniões. -----

----- **PONTO IV – AQUISIÇÃO DE LEITE ESCOLAR E PRODUTOS LÁCTEOS PARA O ANO LETIVO 2021/2022 | APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL | APROVAÇÃO MINUTA DO CONTRATO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o Relatório Final, emitido pelo Júri do Procedimento em 21 de julho de 2021, em cumprimento do disposto no art. 124.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), antes das alterações efetuadas pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio e, conseqüentemente, adjudicar aquisição de leite escolar e produtos lácteos ao concorrente A. Marques, Lda., pelo montante de € 26 426,25 (vinte e seis mil quatrocentos e vinte e seis euros e vinte e cinco cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário seja notificado para, no prazo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação, apresentar os documentos de habilitação, fixados no artigo 22.º do convite do procedimento; -----

----- Aprovar a minuta do contrato nos termos proposto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V – AQUISIÇÃO DE FRUTAS, PRODUTOS HORTÍCOLAS E BANANAS PARA O ANO LETIVO 2021/2022 PROJETO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO | APROVAÇÃO MINUTA DO CONTRATO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao projeto de decisão emitido pela Unidade Jurídica e Contratação Pública, em 21 de julho de 2021; -----

----- Adjudicar a aquisição de frutas, produtos hortícolas e bananas para o ano letivo 2021/2022 ao concorrente Horácio Barreiro – Frutas, Lda., até ao montante de € 10.262,40 (dez mil duzentos e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, considerando 25 260 peças de fruta estimadas para o pré-escolar e 38 880 peças de fruta estimadas para o 1º ciclo; -----

----- Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário seja notificado para, no prazo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação, apresentar os documentos de habilitação fixados no ponto 18 do convite do procedimento; -----

----- Aprovar a minuta do contrato nos termos propostos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA E MARINHAS DO SAL – ANO LETIVO 2021/2022.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, delegar nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Marinhas do Sal, a competência relativa à “Componente de Apoio à Família, através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico antes ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva”, prevista na alínea b) do artigo 39º do Decreto-Lei nº21/2019, a exercer no ano letivo de 2021/2022.. -----

----- Aprovar a minuta do contrato nos termos proposto. -----

----- Retificar a deliberação de Câmara Municipal de Rio Maior do dia 31 de maio de 2021 e, conseqüentemente, que seja designada a Técnica Superior Ana Isabel Piedade Santana para gestora do contrato com a função de acompanhar permanentemente a sua execução. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção, dizendo estar um pouco confusa com a delegação de competências, tendo sido esclarecida que o assunto em discussão seria apenas “Componente de Apoio à Família” e que não iria questionar o mesmo. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Iniciou a sua intervenção, dizendo que era defensor da delegação de competências e de uma gestão de proximidade, que é a proposta que está para aprovação. -----

----- Aludiu à delegação de competências que é feita pelo Governo nas Autarquias e de que alguns Presidentes de Câmara teriam “medo”, tendo em conta a falta de recursos financeiros que tal situação transmitia para as mesmas. Referiu que normalmente, as referidas delegações nunca vinham acompanhadas do respetivo pacote financeiro e que teriam que ser os Municípios a procurarem esses meios. -----

----- Mencionou, que no âmbito do assunto em discussão, que os respetivos Diretores dos Agrupamentos, também poderiam ter receio, se estariam criadas as condições para a assunção das respetivas competências, questionando a situação e espera que a

Câmara ao efetuar a delegação de competências, não se demita da sua responsabilidade de gestão e de acompanhamento, para que as situações se concretizem, questionando se os meios financeiros estavam assegurados. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO**-----

----- De novo no uso da palavra referiu-se ao Decreto-Lei de janeiro de dois mil e dezanove, que versava a transferência de competências da Educação, em que as CAF - Componente de Apoio à Família, passaria a ser da responsabilidade do Município, podendo o mesmo contratualizar com quem entendesse, questionando a Vereadora da Educação se as mesmas no concelho de Rio Maior estariam entregues às Associações de Pais e qual seria a necessidade, a abrangência, o objetivo e/ou mais valia da delegação de competências apresentada para aprovação da Câmara, referindo que as Associações de Pais estariam a cumprir a essa competência. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO;** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção, e em resposta à Vereadora Ana Filomena Figueiredo, confirmou que as CAF - Componentes de Apoio à Família, eram uma competência assumida pelo Município e que fora decidido delegar a mesma nos Diretores dos Agrupamentos, para que na lógica de proximidade, os mesmos pudessem, em conjunto com as Associações de Pais, proceder à sua organização. -----

----- Referiu qua as “CAF”, não tinham um pacote financeiro associado, referindo também que o Decreto-Lei que prevê a regulamentação, permitia que a mesma fosse efetuada através de várias formas legais e que a Autarquia entendia que mesma deveria de ter a participação e/ou implicação dos Diretores dos Agrupamentos, referindo-se mais uma vez, à lógica da gestão de proximidade, não obstante considerar que até ao momento as Associações de Pais realizaram um bom trabalho. -----

----- Disse compreender a dúvida da Vereadora Ana Figueiredo, mencionando que ela própria teria levantado a questão, dizendo que seria vontade do Município a criação de um Regulamento para que o apoio pudesse ser efetuado de forma direta, e que tendo em conta os vários procedimentos legais que teriam de ser adotados, os últimos dois anos causaram muitos constrangimentos ao processo. -----

----- Concluiu a sua intervenção dizendo que tendo em conta o que referira anteriormente, teria reunido com os Diretores dos Agrupamentos, para que a delegação pudesse ser efetivada e que num futuro próximo, durante um ano mais “típico” fosse realizada de outra forma. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio, mais uma vez, referindo que as “CAF” estariam a ser concedidas pelas Associações de Pais, mediante o pagamento de uma mensalidade por parte dos

Encarregados de Educação, colocando a questão de como iria esta situação ser resolvida no futuro, ou seja, se a retribuição que se referiu iria ser estipulada pela Associação de Pais ou pelo Município. Disse ainda que, na sua opinião, se poderia estar a transferir um problema para os Diretores dos Agrupamentos, no que concerne ao Protocolo de delegação de competências. -----

----- Aludiu também que um dos Agrupamentos teria muitos alunos em “CAF” e funcionários a tempo inteiro suportados pela Associação de Pais e que o outro teria tido, ao longo dos anos algumas dificuldades de organização em termos da Associação de Pais, mas que não tinha muito conhecimento sobre a situação descrita e se a situação iria ser diferente no futuro. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Interveio, e em resposta à Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, disse que para a continuidade da organização e do vínculo com a Associação de Pais, pressupunha-se que fosse o Agrupamento de Escolas a fazê-lo e não a Câmara. Aludiu que o Município tentara a concertação com a Associação de Pais, para a criação de uma única entidade, de alunos do 1.º ciclo, que pudessem dar resposta às atividades em causa, para que assim existisse uma igualdade de oportunidades e de oferta, nos vários equipamentos escolares, o que, atualmente, todos têm tido, mas que tal não teria sido possível, tendo em conta as várias opiniões e que a proposta apresentada foi a forma que a Câmara encontrou para continuar com a manutenção dos apoios, tendo em conta que não fora possível chegar a acordo com as Associações de Pais. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA;** -----

----- Interveio para dizer ao Vereador Daniel Pinto que o mesmo, na atual reunião, estaria com o condão de forçar a ligação dos assuntos, nomeadamente, com a demolição do edifício do café Arco Iris, foi buscar a questão da Mina do Espadanal, com a delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos no que respeita às “CAF”, foi buscar a delegação de competências de uma forma geral, dizendo que os bons políticos são assim, ressaltando a ginástica mental do mesmo. -----

----- De seguida, reportou-se ao assunto da delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos, dizendo que os mesmos, poderiam confiar no Município, ao invés do mesmo em relação ao Governo, porque iria também ser remetido o respetivo envelope financeiro, com a transmissão referida, de forma a não onerar os orçamentos dos respetivos Agrupamentos. -----

----- Continuou a sua intervenção, dizendo discordar com o Vereador Daniel Pinto, quando o mesmo refere que a Câmara aceita a Delegação de Competências por parte do Governo, e que no que respeita à transferência de verbas, oportunamente se resolveria, apontando para a diferença de ideologia dos mesmos. Citou de seguida, uma

frase da Ex-Primeira-Ministra do Reino Unido Margaret Thatcher, que ficara conhecida como a Dama de Ferro, que dizia “*que o socialismo acaba, quando acaba o dinheiro dos outros*”.

----- Disse ainda que o Município de Rio Maior não iria assumir voluntariamente, enquanto não tivesse esclarecido por parte de quem teria atualmente as competências, da capacidade do Governo financiar dignamente as mesmas. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que o Município iria lutar, tendo em conta que no ano de 2022, o mesmo teria de assumir as competências que o Estado pretendia transferir, para que as mesmas fossem o mais justas possíveis, referindo que a Câmara não pretendia adiantar dificuldades. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. ---

----- **PONTO VII - INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR**

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do projeto de alteração ao Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para alunos do ensino superior, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município -----

----- Mais deliberou delegar no Chefe de Divisão da Unidade de Ação Social, Saúde e Educação, a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código que, por sua vez, pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Começou por dizer que os Técnicos intervieram para que se pudesse dar início à revisão do Regulamento em epígrafe e que o mesmo teria sido analisado pelo Núcleo Local de Ação Social, sendo a intenção melhorá-lo, referindo ainda que o Município está disponível para acolher todas as sugestões que possam existir acerca do mesmo, tendo em vista a sua aprovação. -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Interveio para dizer que o assunto em epígrafe se fixava na alteração de dois aspetos, ou seja, no cálculo do rendimento per capita e no período para apresentação de candidatura para a primeira atribuição. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Interveio para informar a Vereadora Vera Simões que o que estava em causa, além do que a mesma referira, era o início de Procedimento de Elaboração do Projeto de Alteração ao Regulamento. Reforçou a questão anteriormente apresentada pela Vereadora Leonor Fragoso, de que a Câmara estaria disponível a acolher todos os contributos e sugestões que pudessem enriquecer o documento em epigrafe. -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- A Vereadora, voltou a intervir, dizendo compreender as explicações apresentadas.-

----- Continuou a sua intervenção, questionando se a Câmara teria informação sobre o número de bolsa atribuídas durante os últimos três anos e o número de candidaturas apresentadas, para tentar perceber o rácio, entre o que fora atribuído e a procura existente, no sentido de saber se o Município estaria a dar cobertura a todos os pedidos existentes. Referiu também, que concordava, que não existisse um número fixo de Bolsas a atribuir. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Interveio para responder à Vereadora Vera Simões, no que respeita à questão sobre os dados das bolsas atribuídas e das candidaturas, disse não os ter consigo, mas que lhos poderia enviar. -----

----- No seguimento da sua intervenção, aludiu que habitualmente existem as novas bolsas e as renovações. Disse que o número de bolsas atribuídas era sempre presente à Câmara, quantificando que no ano anterior teriam sido quinze e que no ano em curso seriam vinte e que três das bolsas estariam limitadas a familiares de bombeiros. Aludiu ao número de bolsas no ano corrente, dizendo que das vinte teriam sido atribuídas dezassete, tendo em conta que nenhuma delas seriam de famílias de bombeiros e que a questão poderia ser “limada”, tendo em conta o projeto de alteração do regulamento.-

----- Disse, ainda, que o número de candidaturas apresentadas, estariam em crescimento. -----

----- Terminou a sua intervenção, solicitando à Chefe de Unidade, Dr^a Marta Flôr, presente na sala de reuniões, o favor de enviar os dados solicitados pela Vereadora Vera Simões.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO;** -----

----- O Vereador interveio referindo que ao longo dos anos falou sobre o Regulamento em causa e que muitas das situações, para acontecerem, não teriam que estar, necessariamente, previstas no mesmo, mas caso estivessem, seria positivo, tendo em conta o seu enquadramento. Disse que concordava com o facto de que a Câmara pudesse gerir de forma global, articulada e integrada, toda a dinâmica de apoio ao ensino superior, nomeadamente e tendencialmente, aos jovens que saem de Rio Maior para estudar e que os mesmos deviam de ser acompanhados e integrados na

“Academia” do Ensino Superior.-----

----- Seguidamente deixou uma sugestão para ser incluída no Regulamento, ou seja, que os Jovens Bolseiros, pudessem participar num Encontro Anual do Ensino Superior dos Alunos Riomaiorenses. Disse também e em forma de proposta a ser incluída no Regulamento, que se verificasse, se no caso dos alunos da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, o sistema de Ação Social daria cobertura a todos os pedidos efetuados, para que fosse incluída uma ajuda também para os alunos que viessem de fora do concelho para a Escola referida anteriormente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII - APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO | AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal que aprove a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de S. Sebastião, no montante de € 12 050,00 (doze mil e cinquenta euros), destinado à aquisição de maquinaria, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE S. SEBASTIÃO | OBRAS DE MELHORAMENTOS.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio financeiro à Associação de Melhoramentos Cultural Recreativa e Desportiva de S. Sebastião, no montante de €8.000 (oito mil euros) para a concretização das obras de recuperação do telhado, tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público que representa a dinamização deste espaço para a comunidade local.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO X – APOIO FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DA PARTIDA DA 3ª ETAPA, DA 13ª VOLTA PORTUGAL CADETES À UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio financeiro

à União Velocipédica Portuguesa - Federação Portuguesa de Ciclismo, no montante de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) para a realização da partida da 3ª etapa, da 13ª Volta Portugal Cadetes, considerando manifesto interesse que representa a dinamização desta atividade desportiva no Concelho de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO XI - CONTA FINAL FINANCEIRA DA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA, RIO MAIOR - ASSEICEIRA (BICICLETA E PEDONAL)”**. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a Conta Final da Empreitada “Construção de Ciclovia, Rio Maior – Asseiceira (Bicicleta e Pedonal) – Processo n.º 17/2018/CP, no valor de € 239 071,68, (duzentos e trinta e nove mil, setenta e um euros e sessenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos da informação interna n.º AS54/20 e respetivos despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO**. -----

----- Interveio para elogiar e saudar a Câmara e a equipa que esteve responsável pela obra, fazendo referência à percentagem de derrapagem do custo da obra, que fora de cerca de 1%, enaltecendo a boa gestão da mesma. Aludiu que a Câmara se preparava para efetuar outras obras, nomeadamente, ciclovias e que seria importante monitorizar a sua utilização, tendo em conta o valor dos investimentos, ressaltando a importância da aposta do Município nas vias construídas e no incentivo que estaria a dar aos munícipes para a sua utilização. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA;** -----

----- Começou por responder à intervenção do Vereador Daniel Pinto e disse que as obras projetadas e arquitetadas, tais como a Ciclovia para Vale de Óbidos, que iria arrancar, ainda, no mandato atual, a Ciclovia para a Azinheira, que estaria em fase de estudo prévio, a Ciclovia para o Cidral e também a ligação Piscinas – Caniceira – Salinas – Rio Maior, realçando a falta de condições dos atletas riomaiorenses durante o seu treino, na ligação referida. Disse ainda que gostaria de ver as ligações referidas anteriormente, realizadas a médio prazo, tendo em conta a aproximação à cidade do meio rural, propiciando assim um desenvolvimento mais facilitado e com mais infraestruturas noutros locais. Salientou também a necessidade de haver mais meios verdes e sustentados para que as pessoas pudessem usufruir da prática desportiva na sua deslocação para o trabalho. Aludiu, ainda, à questão da segurança por parte das pessoas que se deslocam a pé, nos diversos caminhos, dando como exemplo Vale de

Óbidos, dizendo que todos os dias se cruza com as mesmas pessoas e que também elas eram motivo de preocupação, apesar do número reduzido e de se questionar se se justifica ou não a construção das ciclovias, tendo em conta o seu uso, que em alguns casos é reduzido. Referiu-se, também ao caminho para a Azinheira e à questão da sua perigosidade. Disse que a preocupação com a segurança das pessoas era uma constante por parte da Câmara Municipal. -----

----- Concluiu a sua intervenção, agradecendo o elogio efetuado pelo Vereador Daniel Pinto no que concerne ao rigor no custo e acompanhamento das obras, dizendo que fazia questão que existisse esse rigor, mas que tal facto só foi possível, tendo em conta as várias equipas do Município a trabalhar no desenvolvimento e no acompanhamento na realização das mesmas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O MUNICÍPIO DE CALDAS DA RAINHA | CONSTITUIÇÃO DE EQUIPA TÉCNICA.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a minuta de protocolo de colaboração com o Município de Caldas da Rainha, que estabelece a forma de atuação e propõe a criação de uma equipa de trabalho que estude e apresente um plano de desenvolvimento nas áreas do desporto, turismo, juventude e cultura. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- A Vereadora Vera Simões, interveio, saudando a iniciativa, tendo em conta a proposta de protocolo em apreço, alertando para a importância do trabalho em rede, subscrevendo as palavras do Presidente na apresentação do assunto, no que concerne à questão do entendimento entre os Municípios, independentemente da cor dos Partidos que possam estar à frente dos Executivos. -----

----- Terminou dando os parabéns ao Município de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por saudar também, a iniciativa da Câmara de Rio Maior, tendo em conta a interação existente com Caldas da Rainha e com os concelhos limítrofes. Logo de seguida, aludiu à questão, de que um líder de uma instituição privada ou pública, deveria de estar atento não só para dentro, mas também nas áreas circundantes ao seu concelho, para que, não querendo fazer igual, mas ser inovador e deu como exemplo a aposta de Rio Maior no Desporto. Disse que o Protocolo em apreço, poderia ser alargado a outros concelhos, referindo mais uma vez, que para acontecer essa colaboração, o mesmo não teria que existir, mas é sempre mais seguro, tendo em conta os compromissos assumidos para o futuro, nomeadamente, ao nível financeiro. -----

----- Ainda no uso da palavra ressaltou o protocolo, no que diz respeito às áreas do Desporto, Cultura e Turismo, fazendo referência à ideia já apresentada nos últimos tempos, de Rio Maior ser a Capital Europeia do Desporto, alertando para a regra que condicionava a candidatura do Município e das leituras políticas quanto ao facto de o concelho poder ser ou não Capital do Desporto, considerando que uma das possibilidades poderia ser a ligação com Caldas da Rainha, tendo em conta o Centro de Alto Rendimento existente na cidade e a prática desportiva muito consistente, aludindo à existência no município de algumas federações desportivas, nomeadamente, o “badminton”, entre outras, bem como a “Rota dos Candeeiros e dos Caminhos Pedestres”, classificando as iniciativas como válidas.-----

----- Deixou ainda a sugestão para que no futuro o Município de Rio Maior se entendesse com o município de Caldas da Rainha e com a Associação das Cidades Europeias do Desporto, para assim conseguir efetuar a candidatura à Cidade Europeia do Desporto. -----

----- Terminou a sua intervenção, dizendo que em Rio Maior, a especialização, seria o Desporto e em Caldas da Rainha seria a Cultura, dando como exemplo a Escola de Arte e Design e os cinco museus existentes que estão sempre em fase de crescimento, ao nível temático, da especialização e de ordem generalista. -----

----- Reportou-se ainda ao evento, World Press Cartoon, que se realiza todos os anos em Caldas da Rainha, e que o referido Município teria adquirido um Edifício junto da Rotunda D^a Leonor, em honra à figura maior do município, Rafael Bordalo Pinheiro, para instalação de um centro de arte ligado ao cartoon e à caricatura, opinando que em Rio Maior também poderia existir um Espaço para o grande Cartoonista Riomaioense António Maia, classificando-o como um dos melhores a nível nacional e que tais factos poderiam ser motivo de entendimento entre os dois concelhos. Referiu-se ainda ao Município de Óbidos, no que respeita ao Turismo Literário e ao seu Festival Internacional, referindo a propósito que Rio Maior tomou a decisão certa no que respeita à recuperação da Casa Poeta Ruy Belo e sugeriu que o Município de Rio Maior pudesse entrar em contacto com o de Óbidos, tendo em conta a Vila Literária existente no concelho e da vontade do referido concelho vizinho instalara a Casa Poeta Ruy Belo, sendo a mesma detentora do seu espólio e do seu arquivo. -----

----- Mais uma vez, congratulou-se com o protocolo em apreço, dando os parabéns ao Município de Rio Maior. -----

----- Finalizou a intervenção reportando-se ainda, à área da Saúde e Bem-Estar e da sua interação com o Desporto, tendo em conta a existência no concelho de Caldas da Rainha do Hospital Termal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII - RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO REFERENTES À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 8/2003 – CORREÇÕES | CASALINHO - MALAQUEIJO - RIO MAIOR.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no Auto de Vistoria n.º 3/2021 de 08/06/2021, com o registo interno n.º 11523/2021 e parecer com o registo interno n.º 14588 de 12/07/2021, conceda um prazo de 60 dias para execução de correção das obras de urbanização, nomeadamente, retificação dos abatimentos nos passeios, derivados certamente de uma deficiente compactação na zona da passagem de infraestruturas enterradas. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV - CERTIFICAÇÃO DE CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO PÚBLICO | RUA JOAQUIM MACHADO DA COSTA NUNES – ASSEICEIRA – RIO MAIOR.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 14997 de 15/07/2021, e de acordo com o requerido, certificar que, para a criação da infraestrutura viária, que atravessa o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 39 da secção CL da freguesia de Asseiceira, denominada por Rua Joaquim Machado da Costa Nunes, foi cedido para integração do domínio público municipal uma área de 815,00m2 do prédio identificado. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV - CERTIFICAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO | AZINHEIRA – RIO MAIOR.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 15667 de 23/07/2021 e na informação n.º 15285 de 20/07/2021, e de acordo com o requerido, certificar que, a estrada que atravessa o prédio, denominado por Via-Vai, registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 11508/20210609 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 46 da secção BJ da freguesia de Rio Maior, é uma infraestrutura pública, denominada como Estrada Municipal 583 (EM583), integrando o domínio público municipal.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA.** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- O Muncípe João Narciso Verde da Costa, começou a sua intervenção, referindo-se à situação do Bairro Social de Vale de Óbidos, dizendo que a mesma magoava, era incompreensível, injusta, indigna, com os restantes muncípes e fundamentalmente com os do Bairro Social referido, que pagando o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e que posteriormente seria transferido para o Município, que fossem três moradores, impedidos de o fazer por falta das escrituras definitivas e que situação já se arrastaria há largos anos e referiu que o Presidente teria conhecimento da situação. -----

----- Disse que gostaria que todos fossem mais justos, tendo em conta a resolução do problema em causa e que o crescimento do referido Bairro Social estaria estagnado, mas que esperava que no futuro o mesmo pudesse avançar, tendo em conta a existência de mais lotes e que os mesmos poderiam até ser valorizados. -----

----- Ainda sobre o Bairro Social, o muncípe congratulou-se com os melhoramentos realizados, na zona envolvente e na frente do mesmo, dizendo o que registava com agrado, ao invés das questões toponímicas, dizendo não ter memória, tendo em conta o confinamento, da última vez que se referira às novas placas com a designação das ruas e que se teria disponibilizada para a colocação das mesmas nos locais fixados. Concomitantemente, disse que gostaria, que ainda durante o atual mandato, o Presidente, tivesse a “bondade” de resolver a questão das placas toponímicas. Referiu ainda, que quando aflorou o assunto em epigrafe, várias placas foram colocadas em outros pontos do concelho. -----

----- Fazendo referência ao Bairro Social de Vale de Óbidos, disse que todas as pessoas que pagavam IMI, eram dignas de solicitar melhoramentos para a sua localidade e que todos deveriam de pagar. -----

----- O Muncípe continuou a sua intervenção, referindo-se às lombas redutores de velocidade, na Estrada Municipal 508, dizendo que o Presidente teria sugerido o mês de novembro do ano transato para que as mesmas fossem colocadas, referindo-se à urgência das mesmas. Referiu a obra que se realizara na Rua da Escola, tendo em

conta o escoamento das águas pluviais e da excelente execução, dizendo que a empresa executante, viu-se obrigada a colocar semáforos, para a realização dos trabalhos, dando-lhe razão na questão apresentada sobre as lombas redutores de velocidade. -----

----- No decurso da sua intervenção o Município, convidou a Câmara a efetuar um estudo sobre o trânsito na estrada de Vale de Óbidos e também na Estrada da Azinheira /Outeiro da Cortiçada, que faz ligação ao concelho de Santarém e ao concelho de Alcanena, aludindo às lombas de elevação colocadas na freguesia de Arruda dos Pisões, dizendo ser uma forma de combater a velocidade por parte dos condutores e que na Freguesia do Outeiro da Cortiçada, teriam também sido colocadas outro tipo de lombas e que as mesmas também permitiam a redução de velocidade na zona da Junta de Freguesia e no estabelecimento comercial à entrada da localidade, salientando mais uma vez a necessidade urgente no controle da velocidade na já referida Estrada Municipal 508. Referiu, também, que até à data ainda não teria existido nenhum acidente grave, porque na zona em questão, existem estabelecimentos comerciais dos dois lados da via e que as pessoas se entreajudavam no atravessamento da estrada. -

----- Continuou a sua intervenção, referindo-se ao Centro de Saúde, nomeadamente, no que respeita ao corte dos eucaliptos, na zona envolvente e da falta de luminárias naquela zona, dizendo que seria importante que o proprietário do terreno procedesse à extração de três ou quatro cepos para que o problema ficasse resolvido, ou seja, fossem colocados os respetivos postes de iluminação. -----

----- Seguidamente, o Município referiu-se à Ciclovia para Vale de Óbidos e da sua necessidade, tendo em conta o tráfego automóvel e o perigo para os peões, mostrando o seu agrado pela intervenção do Presidente no que respeita à questão em apreço. ----

----- Ainda sobre o presente assunto recordou uma resposta do então Vereador Carlos Frazão, num anterior Executivo, que não considerou muito importante a construção da Ciclovia em questão. Disse que teria ficado com a ideia que a Ciclovia em causa, estaria aprovada há cerca de três anos, manifestando o seu agrado pelo despacho do atual Presidente que iria permitir que a obra pudesse avançar antes do final do mandato em curso. -----

----- Concluiu a sua intervenção, congratulando-se pelo facto como a democracia permanecera durante a reunião de câmara, tendo em conta a discussão dos assuntos apresentados, fazendo um agradecimento a todo o Executivo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- O Presidente da Câmara interveio para dizer e no que respeita às escrituras em atraso das casas do Bairro Social de Vale de Óbidos, que no final da reunião, iria dar a palavra ao Vereador Lopes Candoso, tendo em conta o pelouro do mesmo. -----

----- No que respeita à sugestão apresentada pelo Município, em relação ao Centro de Saúde, manifestou o seu agradecimento referindo que a mesma não dependia só do Município, tendo em conta o proprietário do terreno, -----

----- Seguidamente enumerou as obras de melhoramentos que estariam a ser efetuados em Vale de Óbidos, tais como, a repavimentação da Rua da Bica, o escoamento das águas pluviais da Rua da Escola e também da requalificação da Rua da Catrina. Informou também que na zona do “Garrilha”, as passadeiras seriam elevadas e que a questão das lombas ficaria resolvida. No que respeita à Ciclovía, disse que seria há cerca de dois anos que a Câmara entendera a necessidade de investimento na construção referida. Esclareceu que não teria sido por Despacho seu que a obra iria avançar, mas devido à dúvida apresentada por um outro concorrente, no que concerne ao procedimento para executar a obra, e que ao ser respondida, originara um Despacho seu, para que não existisse a necessidade de o assunto ser presente à Câmara, frisando que a obra seria uma realidade. -----

----- Ainda no uso da palavra esclareceu que a construção da Ciclovía para Vale de Óbidos não se fixava só com a segurança dos Peões, apesar, da sua prioridade, mas também com a construção da rede de saneamento básico desde as Águas Férreas até Rio Maior e na Rua Vale Caldeira, bem como da rede de águas pluviais da referida rua. Informou ainda que tendo em conta os transtornos causados pelas obras, tudo seria realizado de uma só vez. Disse também que a Câmara estava consciente da perigosidade existente na Estrada de acesso a Vale de Óbidos, antes da casa do Dr. Rui Miguel, tendo em conta que toda a zona do lado esquerdo, no sentido Rio Maior/Vale de Óbidos teria de ser limpa de árvores, mas que o Município decidira não colocar, ainda, rails de proteção, para não limitar a berma existente, no percurso pedonal, dizendo que a situação ficará resolvida aquando da construção da Ciclovía. -----

----- Terminou a sua intervenção e em relação à Toponímia disse que o Município tinha sido muito elucidativo na abordagem efetuada. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- O Vice-Presidente referiu relativamente à questão do atraso das escrituras, que também lamentava o atraso das mesmas e disse que no momento não poderia avançar com grandes explicações, dado que existe um compromisso e também exigências para com os proprietários por parte da Câmara, nomeadamente, com a zona envolvente e que no momento, tais reivindicações estariam cumpridas. Aludiu que atualmente, o processo estaria na fase de recolha de elementos, tendo em conta o número de herdeiros dos terrenos, para que as escrituras pudessem ser efetuadas. -----

----- Terminou a sua intervenção, assumindo o compromisso, de numa próxima oportunidade, fazer o ponto de situação da questão apresentada pelo Município. -----

-----ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram doze horas e dezassete minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____